

RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.040 - RO (2019/0153287-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A**
ADVOGADOS : **MARCELO FERREIRA CAMPOS - RO003250**
CLAYTON CONRAT KUSSLER E OUTRO(S) - RO003861
MIRIANI INAH KUSSLER CHINELATO - DF033642
LUCIANA SALES NASCIMENTO - RO005082
ARI BRUNO CARVALHO DE OLIVEIRA - RO003989
RECORRIDO : **LAUDELINO ARAUJO REIS**
ADVOGADO : **ANTONIO DE CASTRO ALVES JÚNIOR E OUTRO(S) - RO002811**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A, com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado:

" Processual e Ambiental. Ação de reparação de danos materiais e morais. Usinas Hidrelétrica do Rio Madeira. Inversão do ônus probatório. Possibilidade. Incidência da aplicação do Princípio da Precaução. Precedentes do STJ. Nas ações de reparação de danos movidas em face das empresas consorciadas das Usinas do Rio Madeira, é cabível a inversão do ônus probatório por efeito da incidência da aplicação do Princípio da Precaução." (e-STJ, fl. 61)

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação ao art. 373, incisos I e II do Código de Processo Civil de 2015 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) que o ônus da prova no presente caso é do autor, ora recorrido, considerando que este deve demonstrar a veracidade de fato constitutivo de seu direito, (b) que o recorrido deveria ter demonstrado a verossimilhança de sua alegações, o que não ocorreu no presente caso e (c) que o princípio da precaução não se aplica ao presente caso, pois a ação tem cunho patrimonial indenizatório e não de violação de danos difusos ou coletivos ou de natureza ambiental ou relação consumerista.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação não prospera.

Com relação à suposta violação ao art. 373, I e II do CPC/15, a Corte de origem afirmou que a inversão do ônus da prova se justifica nas ações que tem como pano de fundo questões ambientais, sendo cabível a transferência do ônus ao empreendedor, inclusive considerando a responsabilidade objetiva da concessionária pelos impactos ambientais causados pela construção e operação das usinas, *in verbis*:

O pedido se resume a definir se é cabível, ou não, a inversão do ônus da prova nos autos indenizatórios em que contendem as partes.

A decisão agravada determinou a inversão do ônus da prova quando se referiu ao custeio da prova pericial, em razão da aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova e do processo cooperativo, e apenas neste ponto, por se tratar de uma ação com partes hipossuficientes financeiramente. Assim, não há, em juízo de delibação, nenhuma impossibilidade técnica ou ônus exacerbado para a agravante ao se exigir que pague pela prova cuja produção pode ajudar a elucidar os fatos do processo.

Importante destacar o ensinamento do doutrinador José Miguel Medina sobre as ações que tem como pano de fundo questões ambientais, ao fundamento de que é necessário transferir ao empreendedor o ônus de demonstrar a segurança de seu empreendimento, como forma de eximi-lo da responsabilidade sobre possíveis danos:

[...]

Nota-se que foi reconhecida a responsabilidade objetiva das concessionárias de serviço público de geração de energia elétrica, por conta dos impactos ambientais provocados pela construção e operação das usinas, nos termos do art. 225, §3º, da Constituição Federal e do art. 14, § 1º, da Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), e ainda, em razão da própria concessão (art. 37, §6º, da CF), que prevê a teoria do risco administrativo.

Inclusive, o STJ firmou entendimento através da decisão proferida monocraticamente no Recurso Especial n. 1.634.006-RQ, que tratou justamente de indenização por dano moral e tem como parte a Santo Antônio Energia S.A., referente à Usina Hidrelétrica do Rio Madeira em Rondônia, cuja manifestação se deu no sentido de manter o entendimento firmado por esta Corte quanto à possibilidade de inversão do ônus da prova em casos dessa natureza.

Cito outros julgados, proferidos pelo STJ, nos casos de inversão do ônus da prova tendo como parte a agravante Santo Antônio Energia S.A.:

[...]

Portanto, correta a decisão de origem que inverteu o ônus probante, não havendo que se falar em produção de prova negativa, porquanto a perícia que deve a agravante deve custear pode - a depender do resultado - isentá-la da responsabilidade. (e-STJ, fls. 57/61)

A decisão ora recorrida está em consonância com o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior, no sentido de que é cabível a inversão do ônus da prova em ação indenizatória por dano ambiental, considerando a facilidade do acesso à prova da suposta causadora do dano em detrimento da dificuldade na produção por parte das supostas vítimas.

Nesse mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE. PESCADORES. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A inversão do ônus da prova no que se refere ao dano ambiental está de acordo com a jurisprudência desta Corte, que já se manifestou no sentido de que, "tratando-se de ação indenizatória por dano ambiental, a responsabilidade pelos danos causados é objetiva, pois fundada na teoria do risco integral. Assim, cabível a inversão do ônus da prova" (AgRg no AREsp 533.786/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 22/9/2015, DJe de 29/9/2015).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1760614/RO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 22/05/2019)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO CABIMENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar, na espécie, no óbice contido na Súmula nº 7/STJ,

haja vista que os fatos já restaram delimitados nas instâncias ordinárias, devendo ser revista nesta instância somente a interpretação dada ao direito para a resolução da controvérsia. 3. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, sendo irrelevante, na hipótese, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste.

4. O princípio da precaução, aplicável ao caso dos autos, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos ao meio ambiente e, por consequência, aos pescadores da região.

5. Agravo interno não provido.

*(AgInt no AREsp 1.311.669/SC, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe de 06/12/2018 - grifou-se)*

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. DANOS MATERIAIS E MORAIS. USINA HIDRELÉTRICA. CONSTRUÇÃO. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. CONEXÃO ENTRE AÇÕES E ILEGITIMIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO.

1. A reforma do julgado, acerca da existência de conexão ou não entre a presente demanda e a ação civil pública proposta pelo Sindicato dos Pescadores Profissionais do Estado de Rondônia, demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ. Precedentes.

2. Rever o entendimento quanto à suposta ilegitimidade ativa para a causa atrai o óbice da Súmula nº 7/STJ. De fato, o entendimento da Corte local encontra-se em harmonia com o desta Corte, no sentido de que as condições da ação devem ser aferidas in status assertionis, ou seja, à luz das alegações deduzidas na petição inicial.

Precedentes.

3. Cabe a inversão do ônus da prova, haja vista a responsabilidade objetiva decorrente do risco da atividade econômica para o meio ambiente e, por consequência, para os pescadores da região.

Precedentes.

4. Agravo interno não provido."

*(AgInt no AREsp 721.778/RO, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS***

BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017)

Incidência, portanto, da Súmula 83/STJ, aplicável a ambos permissivos constitucionais.

Ademais, a modificação dos entendimentos lançados no v. acórdão recorrido no sentido de que a inversão do ônus probatório não seria pertinente no presente caso demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável na sede estreita do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRESCRIÇÃO. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que não é o caso de formação de litisconsórcio necessário; que não ocorreu a prescrição, uma vez que o prazo foi interrompido pelo ajuizamento de medida cautelar; e que restou caracterizado o descumprimento contratual, não sendo o caso de ofensa a direito da personalidade. Assim, rever o entendimento do acórdão recorrido não é possível em sede de recurso especial, pois demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

2. Rever as conclusões acerca do preenchimento dos requisitos necessários à inversão do ônus da prova, demanda o revolvimento de matéria fático - probatória dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1320033/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 22/05/2019)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator